



Prefeitura de Joinville

ATA DE REUNIÃO SEI Nº 9762028/2021 - SECULT.UPM.NPC

Joinville, 08 de julho de 2021.

Ata da 4ª Reunião Extraordinária do CMPC - Joinville, 09 de junho de 2021 – Reunião realizada por videoconferência

Ao nono dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, realizou-se a quarta reunião extraordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Joinville – CMPC, de dois mil e vinte e um, a reunião aconteceu por videoconferência, utilizando o aplicativo Google Meet, conforme convocação. Fica registrado que os Conselheiros: Tatiana de Souza Sabatke, Francine Olsen, Marco Aurelio Chianello, Semitha Heloisa Matos Cevallos, Roberta Meyer Miranda da Veiga, Cleunice Aparecida Kolhbeck, Regina Célia Marcis, Samira Sinara Souza, justificaram sua ausência antecipadamente. Registra-se a presença dos Conselheiros Alceu Bett, Anderson Dresch Dias Correa, André João Mira, Andrey Rondam Cardoso, Cassio Fernando Correia, Deivison Maicon Garcia, Dilney Fermino Cunha, Elaine Pereira Gonçalves, Elisabete Tamanini, Gilmaria Farias, Graziella Demantova, Guilherme Augusto Heinemann Gassenferth, Heidi Bublitz Schubert, Iara Cristina Garcia, Inês Pozzagnolo, Jackson Amorim, José Mauro Santos da Silva, Juliano Lueders, Karim Rosana Loss Coletti de Miranda, Karoline Lopes, Marcelo Octavio Negreiros de Mello, Maria da Penha Lage Camargo, Patricia Stahl Gaglioti, Rafael Daniel Huch, Sergio Volmir de Almeida, Vanessa Cristina Venske Falk. A reunião foi iniciada pelo Presidente do CMPC, Anderson Dresch, que agradeceu a presença de todos, elogiou a participação dos presentes, comentou que esta é sua primeira reunião como presidente do CMPC na atual gestão. Fez ponderações quanto ao método que pretende conduzir as reuniões e fez a leitura da pauta, qual seja: 1. Justificativa de ausência 2.1. Principais alterações do novo Decreto Simdec 2.2. Aprovação dos Valores para Simdec – 2021 2.3. Aprovação de Tabela Base de Valores para projetos 3. Assuntos Emergenciais **1. Justificativa de ausências:** Leu-se a justificativa de faltas dos conselheiros que se manifestaram com antecedência, foram eles: Tatiana de Souza Sabatke, Francine Olsen, Marco Aurelio Chianello, Semitha Heloisa Matos Cevallos, Roberta Meyer Miranda da Veiga, Cleunice Aparecida Kolhbeck, Regina Célia Marcis, Samira Sinara Souza. O Presidente Anderson Dresch, a pedido dos conselheiros, antecipa o item da pauta 3. Assuntos Emergenciais: Concede a palavra ao Sr. Juliano, que comunica o agendamento do Fórum Setorial de Audiovisual, para o dia vinte e oito de junho às dezenove horas. A Sra. Heidi comunica o agendamento do Fórum Intersetorial de Museus E Espaços De Memória, Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial, agendado para vinte e seis de junho, sem horário definido. **2.1. Aprovação dos Valores para Simdec – 2021:** O Sr. Cássio Correia, inicia sua apresentação sobre as principais mudanças no Decreto a ser encaminhado. Feito a leitura e algumas explicações, aberto à discussão. O Sr. Deivison solicita a palavra, comenta que a setorial de dança se reuniu para avaliar o documento. Faz duas sugestões, sendo a primeira referente ao artigo trinta e dois parágrafo único, ele comenta e justifica o motivo, sugerindo a supressão do parágrafo. A segunda, referente ao artigo quarenta e dois, após sua justificativa, sugere que o item seja excluído ou o regramento referente à pessoa física e pessoa jurídica com fim e sem fim lucrativo, visto que segundo ele, existe a regulamentação apenas para

pessoa jurídica com fins lucrativos. O Sr. José Mauro relata que em sua leitura no documento a categoria Formação em Cultura, permanece excluída das categorias. O Sr. Anderson pede ao Sr. José Mauro que ele se manifeste posteriormente, pois o assunto será tratado em seguida. O Sr. Cássio, responde ao Sr. Deivison que a intenção do parágrafo comentado, é não haver repetição dos mesmos projetos repetidamente. O Sr. Deivison justifica que a maneira que está escrito fala estritamente de “objeto” reiterando sua sugestão de supressão. O Sr. Alceu sugere que seja trocado o termo “objeto” por “projeto”. O Sr. Guilherme sugere então que o texto seja melhorado ou que o item seja como sugerido, suprimido. O Sr. Marcelo sugere que seja suprimido do Decreto e seja regulamentado no Edital. O Sr. Cássio, informa que procederá com as sugestões. Ainda o Sr. Cássio sobre a segunda sugestão do Sr. Deivison, comenta que o exigido até então era a gratuidade total e que se baseou na lei para a escrita do Decreto. O Sr. Guilherme que seja discutido posteriormente uma redação melhor sobre o tema. O Sr. Anderson sugere que os valores de ingresso, sejam submetidos à aprovação da Comissão de Avaliação de Projetos - CAP. Sugere que na submissão dos projetos sejam informados os valores a serem cobrados pelos ingressos. O Sr. Guilherme sugere que como anteriormente, seja posteriormente elaborada alteração de texto sobre o tema, posto como condição que não postergue a data de lançamento do edital. O Sr. Cássio, respondendo dúvida feita sobre a permissão de envio de projetos por parte de servidores e seus respectivos cônjuges até segundo grau responde que não houveram avanços com a Secretaria de Administração Pública - SAP, mas que está tramitando internamente minuta que restringe a submissão de projetos a servidores da SAP, SECULT, Secretaria da Fazenda e PGM e respectivos cônjuges. A Sra. Maria da Penha, pondera que como representante da Assistência Social, questiona quanto ao público que a SECULT, pretende atingir e reitera a importância da gratuidade na execução dos projetos aprovados e executados pela SECULT. O Sr. Anderson responde que a lei respectiva já prevê quantidade mínima de distribuição ou gratuidade para todos os projetos e mesmo os projetos que tem cobrança de ingressos, estes passam por avaliação de uma comissão para que o cobrado seja justo, assim como a contrapartida social de todos os projetos. Concorde com a fala da Sra. Maria da Penha reitera que é intenção de todos, que o acesso à arte e cultura seja de toda a população em todos os bairros. Lembra também que a classe artística tem sido extremamente afetada por conta da pandemia. **2.2. Aprovação dos Valores para Simdec – 2021.** O Sr. Cássio apresenta documento com valores sugeridos a submissão do SIMDEC, primeiramente do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura - Edital de Apoio. Lido e apresentado o documento, coloca-se em discussão. O Sr. Cássio comenta que a ausência de categorias como Comunicação em Cultura e Formação em Cultura deve-se principalmente à escassez de recursos, devido a recursos não empenhados na gestão anterior. O Sr. Anderson, justifica que várias questões foram avaliadas e relevadas quanto a escassez de recursos, mas reitera a parceria e confiança na atual gestão, colocando que será proposto uma Moção de Alerta referente ao tema. Declara que a supressão de algumas categorias foi feita, por conta da escassez de recursos. O Sr. José Mauro comenta que compreende as causas apresentadas, mas espera que não se repita. Expõe ainda sua opinião sobre a importância sobre ações específicas de Formação em Cultura, relatando que gostaria de menções sobre o tema no Decreto. Parabêniza o esforço da atual gestão e enfatiza a importância do tema. O Sr. Anderson comenta que no documento do edital, será tratado com mais detalhes e especificidade os temas de categorias como Formação em Cultura, Comunicação e Cultura e demais. O Sr. Cássio explica que a intenção é abranger estas categorias no edital. Explica ainda que está havendo um avanço com a SAP, sobre a tratativa dos temas, diferenciando termos como “áreas artísticas” e “categorias”, o que permitirá maior abrangência quando o edital for lançado. Ele tira dúvidas de questões sobre a cobrança de imposto de renda aos proponentes. Explica que será cobrado neste próximo edital, pois para que mudanças neste sentido sejam feitas, é necessário mudança na lei. Cita exemplos de casos passados onde a Receita Federal, obrigou a retenção dos impostos. A Sra. Heidi, faz uma análise sobre o apresentado, cita e analisa os números apresentados. Comenta que os editais atrasados deveriam ser cobrados de outra maneira, segundo ela, deveria ser utilizado recurso da fonte Cem para o caso. Ela questiona sobre a questão jurídica da despesa da SECULT. O Sr. Cássio explica que o caso é o mesmo que aconteceu em âmbito federal no ano passado, ao qual os valores dispostos deveriam ser empenhados dentro de dois mil e vinte e pagos em dois mil e vinte e um. Explica que como os valores não foram empenhados anteriormente, é obrigatoriedade da SECULT fazer os devidos pagamentos neste ano. A Sra. Heidi, solicita que haja

acompanhamento mais intenso da Lei de Orçamento Anual e o Plano Plurianual. Comenta ainda que estes temas devem ser discutidos dentro do CMPC. Ela também comenta sobre os anos passados que, segundo ela, não foram dispostos na categoria de Patrimônio Cultural. Solicita ao Sr. Cássio, quanto deixou de ser aplicado em Patrimônio Cultural, nestes três anos, que não houve investimento na categoria. O Sr. Anderson comenta que o tema foi muito discutido na Comissão SIMDEC/LOA e que devido a todos estes motivos citados anteriormente, será proposta a Moção de Alerta. A Sra. Patrícia comenta que corrobora com os comentários do Sr. José Mauro e deixa registrado que espera que a categoria de Comunicação em Cultura volte aos próximos editais. Ela solicita que se analise a distribuição dos valores propostos, ao ponto que seja disposto alguma possibilidade das categorias de Comunicação em Cultura e Formação em Cultura, possam fazer parte do edital, como categoria. Sugere também que haja uma ampla divulgação por parte da Prefeitura de Joinville, quanto a projetos aprovados pelo SIMDEC, citando a possibilidade de divulgação em unidades de saúde e demais órgãos da municipais. O Sr. Anderson comenta que houveram adaptações nas quantidades de projetos por categoria e o critério é a demanda de projetos apresentados anteriormente. Ele cita também que nesta edição do Edital, haverá o remanejamento dos valores de categorias que não tiverem o valor proposto utilizado, para outras categorias com maior demanda de projetos. O Sr. Cássio comenta que neste ano também existe a intenção de se voltar a Coletiva de Artistas, que será uma edição especial devido aos cinquenta anos do evento. Ele também comenta, respondendo a questão da Sra. Patrícia, que as setoriais têm liberdade para redistribuir os valores propostos como acharem mais conveniente. O Sr. Sérgio em seu comentário, reafirma que existem situações atípicas neste ano, porém a situação atual não permite maiores investimentos. Comenta que áreas não contempladas poderão ser contempladas em investimentos específicos feitos diretamente pela SECULT. A Sra. Elizabete defende que se mantenham recursos específicos para categorias como Formação em Cultura e Comunicação em Cultura. Questiona sobre a distribuição dos valores de Patrimônio Material, sugerindo que todos os valores da categoria de Patrimônio, seja integralmente distribuído para Patrimônio Material, devido a falta de investimentos anteriores e a importância do tema. O Sr. Anderson comenta que o desejo de todos os membros é de que todas as categorias sejam contempladas, mas defende que dentro da situação e orçamento atual, é a melhor proposta. O Sr. Guilherme lembra que os projetos de qualquer tema podem ser propostos e que devido a falta de recursos atual, a sugestão foi de atender “categorias fim”. Defende que as categorias não deveriam ser definidas por áreas específicas, devido a transversalidade de temas abrangidos. Defende também que a categoria Formação em Cultura, segundo sua opinião, é a mais importante. Comenta que o valor proposto a categoria Patrimônio é baixo, mas que na proposta de Mecenato, haverão valores maiores à categoria. O Sr. Anderson, coloca em votação a proposta das categorias e valor total por categoria, como estão propostas na apresentação: Aprovado por maioria de votos, as categorias e valor total por categoria. Em seguida, foi colocado em discussão a proposta de quantidade de projetos e valor unitário por projeto, como apresentado. A Sra. Inês, sugere a alteração da categoria Livro, Leitura e Literatura, alterando para cinco projetos de quinze mil reais para a categoria. O Sr. Cássio reitera que a SECULT, se esforçará para que os recursos da Lei Aldir Blanc. Colocado em votação, a quantidade de projetos e valor unitário por projeto. Aprovado por maioria de votos com duas abstenções. Ficam então aprovados os seguintes valores: Artes Visuais: três unidades de vinte e cinco mil reais, total de setenta e cinco mil reais, Audiovisual: dois unidades de setenta e três mil, setecentos e cinquenta reais, total de cento e quarenta e sete mil, quinhentos reais, Dança: cinco unidades de vinte e nove mil, quinhentos reais, total de cento e quarenta e sete mil, quinhentos reais, Livro, leitura e literatura: cinco unidades de quinze mil reais, total de setenta e cinco mil reais Música: cinco unidades de vinte e nove mil, quinhentos reais, total de cento e quarenta e sete mil, quinhentos reais, Patrimônio Imaterial e Memória: três unidades de vinte e cinco mil reais, total de setenta e cinco mil reais, Patrimônio Cultural Material: três unidades de oitenta mil reais, total de duzentos e quarenta mil reais, Teatro e Circo: cinco unidades de vinte e nove mil, quinhentos reais, total de cento e quarenta e sete mil, quinhentos reais, totalizando o montante de um milhão e cinquenta e cinco mil reais. O Sr. Anderson, propôs uma Moção de Alerta que será enviada à Câmara de Vereadores e à SECULT, tratando da colaboração do CMPC, ressaltando o caráter de exceção para este ano. Aprovado por maioria de votos. Em seguida, tratando do assunto sobre Mecenato, o Sr. Anderson comenta sobre um novo modelo proposto, não dividindo em categorias. O Sr. Cássio comenta que foi

proposto o modelo onde não há divisão por categorias, subdividindo apenas os trinta por cento previsto no Plano Municipal de Cultura, destinado ao Patrimônio Cultural. Apresentado o documento e sanadas dúvidas sobre o tema, o Sr. Guilherme defende a atual proposta, onde não se limitam categorias e elevando a qualidade dos projetos a serem propostos. Ele defende que seja feito este teste, que em sua opinião terá sucesso. O Sr. Alceu sugere que esteja explícito no edital, propostas de memória, para que projetos para o tema possam ser realizados. A Sra. Elizabete questiona sobre o embasamento e estudos para fundamentar a proposta de mudança e também questiona sobre um “enfraquecimento” das áreas temáticas, baseando o edital nos projetos. O Sr. Anderson defende que as discussões realizadas na própria reunião já são de certo modo um embasamento. O Sr. Anderson comenta que a discussão sobre as divisões entre categorias já é uma discussão antiga e com essa proposta pretende-se sanar essa discussão. O Sr. Sérgio defende que este é o momento adequado para esta “experiência”. O Sr. Guilherme defende o questionamento da Sra. Elizabete, comentando que uma de suas angústias é a falta de dados da SECULT e que pretende realizar ações quanto a este tema. A Sra. Gilmara questiona sobre as análises dos projetos e como serão avaliados. O Sr. Guilherme responde que o critério será a nota da avaliação. O Sr. Anderson responde que as avaliações dos projetos terão que ser adaptadas, pois não haverá especificidade de categorias nas propostas. A Sra. Gilmara questiona sobre a qualificação dos pareceristas quanto a avaliação específica dos projetos. O Sr. Sérgio comenta que será necessária maior qualificação na escrita dos projetos. O Sr. Anderson comenta que a qualidade dos projetos é consenso dentre pareceristas qualificados. O Sr. Marcelo comenta que o Regimento permite a consulta a especialistas externos. O Sr. Anderson coloca em deliberação votação os valores propostos. Inicialmente aos projetos Intersetoriais. Aprovado como proposto, por maioria de votos. Em seguida, o Sr. Anderson coloca em deliberação as propostas de Patrimônio. Sugerido pelos conselheiros uma alteração, alterando para dois projetos de cem mil reais e acrescentando quatro projetos de vinte e cinco mil reais. Colocado em votação com as sugestões: Aprovado por maioria de votos com duas abstenções. Ficam assim aprovados os seguintes valores: Projetos até R\$ 20.000,00: treze unidades de vinte mil reais, total de duzentos e sessenta mil reais, Projetos até R\$ 50.000,00: dez unidades de cinquenta mil reais, total de quinhentos mil reais, Projetos até R\$ 100.000,00: seis unidades de cem mil reais, total de seiscentos mil reais, Projetos até R\$ 200.000,00: oito unidades de duzentos mil reais, total de um milhão, seiscentos mil reais. Patrimônio até 25.000,00: quatro unidades de vinte e cinco mil reais, total de cem mil reais, Patrimônio até 40.000,00: quatro unidades de quarenta mil reais, total de cento e sessenta mil reais, Patrimônio até 100.000,00: dois unidades de cem mil reais, total de duzentos mil reais, Patrimônio até 200.000,00: dois unidades de duzentos mil reais, total de quatrocentos mil reais, Patrimônio até 400.000,00: um unidades de quatrocentos mil reais, total de quatrocentos mil reais, totalizando o montante de quatro milhões e duzentos e vinte mil reais. **2.3. Aprovação de Tabela Base de Valores para projetos.** O Sr. Cássio sugere que cada setorial avalie a tabela disposta e entregue a devolutiva com sugestões de novos itens e alterações à SECULT, até a próxima semana. O Sr. Cássio justifica que as sugestões e propostas devem ser baseadas em órgãos oficiais e representativos de cada área. Aprovadas por unanimidade as propostas. O Sr. Anderson deixa aberto para assuntos gerais. O Sr. Sérgio solicita que as reuniões iniciem após as dezenove e trinta. A Sra. Inês, faz perguntas relativas a números sobre a setorial que representa e sobre oficinas para escrita de projetos. O Sr. Cássio responde que haverá capacitações e projetos que atenderão esta demanda. O Sr. Guilherme solicita que sejam amplamente divulgados os recursos dispostos a projetos para atender as demandas do setor. O Sr. Anderson comenta que houve uma solicitação de representante de feiras do Museu de Arte de Joinville e será tratada com representantes. A Sra. Heidi comenta que em reunião do Sistema Municipal de Museus, que não há contrato para limpeza dos museus e que estes não estão disponíveis aos visitantes, apenas aos funcionários. Ela solicita que a situação seja averiguada. Registra-se ainda, a presença do visitante: Marcus Vinícius. A reunião foi encerrada às vinte e duas horas e oito minutos. Sem mais a tratar, o Presidente Anderson Dresch, agradeceu a presença de todos finalizando os trabalhos, e eu Jailson Cordeiro, lavrei a presente ata, a qual vai assinada por mim e pelo Presidente Anderson Dresch, conforme art. 42 do Regimento Interno do CMPC.



Documento assinado eletronicamente por **Jailson Cordeiro, Servidor(a) Público(a)**, em 08/07/2021, às 12:55, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Dresch Dias Correa, Usuário Externo**, em 08/07/2021, às 13:15, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **9762028** e o código CRC **3398265F**.

Avenida José Vieira, 315 - Bairro Saguazu - CEP 89204-110 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

20.0.098561-5

9762028v3